



CLÁUDIO HUMBERTO

COM: TERESA BARROS E TIAGO DE VASCONCELOS

E-mail: chrs@claudiohumberto.com.br
www.claudiohumberto.com.br

"Belo Horizonte é uma das cidades que eu quero ir"

PRESIDENTE LULA, CONFIRMANDO QUE VAI AO PALANQUE DO CANDIDATO A PREFEITO MÁRCIO LACERDA

Dilma acha que Tarso quer prejudicá-la

Em conversas internas, na Casa Civil, a ministra Dilma Rousseff atribui a Operação João de Barro, da Polícia Federal, ao interesse do seu colega Tarso Genro (Justiça) de atingir a sua pré-candidatura presidencial. Ela ordenou um minucioso cruzamento de informações para demonstrar, inicialmente ao presidente Lula, que não há recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na roubalheira investigada pela PF.

Briga interna

Na Casa Civil, diz-se que a operação da PF é briga do "pai do Pronasci" (programa de segurança pública com cidadania) contra a "mãe do PAC".

Ela, não

Tarso Genro, o "pai do Pronasci", não esconde o jogo: até agora, foi o único petista a criticar a pré-candidatura de Dilma Rousseff, em 2010.

Blindagem

Dilma Rousseff busca provar ao presidente Lula que nenhuma das 119 prefeituras investigadas pela PF recebeu verba do PAC.

Salário da discórdia

Técnicos da Controladoria-Geral da União negam "trem da alegria": sem nível superior, juram que receberão menos da metade dos analistas.

Paternidade

A Fundação Joaquim Nabuco decidiu assumir a indicação do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) para o cargo de diretor-geral da Unesco.

Semana quente

Foi adiado para quinta-feira o depoimento no Senado do deputado Paulo Ramos (PDT-RJ), relator da CPI da Varig na Assembléia Legislativa do Rio. Na véspera, depõe Marco Antônio Audi, um dos sócios da VarigLog.

À beira de um ataque

Sinais de inflação e do retorno de Antônio Palocci ao governo levaram Guido Mantega (Fazenda) a cuidar do estresse em sessões de acupuntura, em Brasília. Com Gu Han Chu, formado em Medicina Oriental na China.



Público x Privado

Em 2007, foram registradas 316 greves, que somaram 29 mil horas sem trabalho em todo o País, segundo o Dieese. Do total, 161 greves (51%) foram no setor público, que contribuíram com 83% do total de horas paradas. Na empresa privada, correspondeu a apenas 14% no ano.

Fim da picaretagem

A Comissão de Defesa do Consumidor do Senado examina hoje o projeto do atual ministro Edison Lobão (Minas e Energia) que proibe de uma vez a exigência picareta de alguns Detrans, que obrigam o registro, em cartório, caríssimo, de contratos de financiamento de veículos.

Fio desencapado

A Eletronorte vai contratar massagistas, professores de ioga, canto e de atividades de lazer para garantir o bom sono, prevenir o uso de drogas e "desenvolver os talentos humanos" na estatal. A conta, claro, é nossa.

Inteligência e conhecimento

O diretor de Comunicação da Federação Nacional dos Policiais Federais, Josias Fernandes Alves, não vê dificuldade no fato de agentes da PF ministrarem aulas para delegados, na Academia: "A inteligência não é privilégio de alguns e o conhecimento não é monopólio de ninguém".

Cadeia neles

Deveria ser punida com prisão inafiançável a molecagem de empresários de transporte que entupiram as ruas de São Paulo, ontem, com seus caminhões, em "protesto" contra a lei que restringe sua circulação.

Maldição junina

Leitora que estuda inglês em Boston (EUA) buscou a palavra "quadrilha" no site sobre Pernambuco para mostrar a bela festa junina a colegas estrangeiros. Deparou só com assaltos, crime e mensaleiros. Maior mico.

Achaque

Deputados querem pôr um "bode na sala" da reforma tributária e depois cobrar caro para retirá-lo: aumento de impostos sobre mineração.

Índia: mãe e tia na cena do crime

Pelas 3h da madrugada do dia 25, quando foi empalada na casa mantida pela Funasa, em Brasília, para o tratamento de indígenas, a xavante Jaiya, 16, estava apenas com a mãe Carmelita e a tia Maria Imaculada, ambas casadas com o mesmo cacique. A Polícia Civil do DF descobriu que as duas falam português, ao contrário do que alegavam para se negarem a depor. Outros índios se recusaram a atuar como intérpretes.

Crueldade

A Funasa registra crimes cruéis entre xavantes: uma garota de 19 anos morta com requintes de perversidade e bebês gêmeos enterrados vivos.

Patrulha rodoviária

Pesquisa CNI/Ibope mostrou que 58% aprovam o governo Lula. Todos os entrevistados passaram no teste do etilômetro?



Fora da casa alheia

Hebe Camargo recebeu o deputado mineiro José Maria Alkmin em seu programa "Só para Mulheres", na TV Record, em 1959, e disparou:

- Como vai a UDN, Alkmin?
- Não trato da casa dos outros, d. Hebe - cortou o pessedista.
- Mas eles estão brigando muito dentro do partido: é Lacerda contra Magalhães, Juraci contra Lacerda...
- D. Hebe, em briga de marido com mulher, nem marido deve entrar...

ELEIÇÕES CATEGORIA DEFENDE MAGISTRADO QUE CRIMINALIZOU ENTREVISTAS

CEDOC

Juízes e MP se unem na censura

A Justiça e o Ministério Público uniram-se ontem em solidariedade a seus pares, um juiz e quatro promotores eleitorais criticados por juristas e entidades da sociedade civil porque protagonizaram ações que culminaram em condenação de veículos de comunicação - alvos de sanções pecuniárias por publicarem entrevistas com dois pré-candidatos a prefeito de São Paulo, Marta Suplicy (PT) e Gilberto Kassab (DEM).

O ato de desagravo foi na sede da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis). Juízes e promotores manifestaram apoio a Francisco Carlos Shintate, da 1ª Zona Eleitoral da capital. Ele considerou que as reportagens caracterizaram propaganda antecipada. Na semana passada, o Tribunal Superior Eleitoral reformou resolução, autorizando entrevistas em fase pré-eleição.

A manifestação estendeu-se às promotoras Maria Amélia Nardy Pereira, Patrícia Moraes Aude e Yolanda Alves Pinto Serrano de Matos e ao pro-

motor Eduardo Rheingantz, que subscreveram pedidos de condenação da *Folha de S.Paulo* e da *Veja*. "Fiquei muito satisfeito", agradeceu Shintate, de 40 anos, desde 1991 na magistratura. "O ato foi importante como manifestação em prol da independência funcional do juiz e do promotor".

"O objetivo é defender a liberdade e a independência do magistrado, afastando qualquer intimidação", acentuou o desembargador Henrique Nelson Calandra, presidente da Apamagis. "Onde não há juízes livres não podemos falar em estado democrático de direito".

O ex-governador Fleury Filho (1991-1994), procurador e ex-presidente da Associação Paulista do Ministério Público, e o deputado Fernando Capez (PSDB), promotor de Justiça, participaram da sessão. Todos defenderam a liberdade de imprensa e a independência da toga e da promotoria. Repudiaram "críticas injuriosas".

"A seriedade jamais pode ser posta em xeque", declarou Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, de-

sembargador-presidente da 8ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado e primeiro-vice-presidente da Apamagis, referindo-se ao comportamento de juízes e promotores. "As críticas são pertinentes ao Estado democrático, mas não se admitem ataques pessoais quando magistrados e promotores agem no cumprimento do dever".

Mascaretti afirmou: "Magistratura e promotores não se intimidam. Temos de atuar com seriedade, dignidade, defendendo as leis, o Estado democrático. Quem se sentir vulnerado deve recorrer à via própria, recursal, não criar campanha na imprensa, muitas vezes difamatória".

Fleury disse que "a crítica é válida quando se prende à decisão, mas não pode ser aceita quando resvala para o ataque pessoal". Capez enalteceu o trabalho da imprensa e afirmou: "O juiz e os promotores não prepararam sua peça jurídica a partir de uma elucubração, de um desejo próprio, um capricho, mas apenas obedeceram a resolução do TSE, que tem força de lei".

Nova decisão anticensura

O juiz federal substituto Danilo Almasi Vieira dos Santos, da 10ª Vara Federal Cível de São Paulo, revogou ontem a decisão que impedia o Grupo Estado de publicar reportagem sobre possíveis irregularidades que estariam ocorrendo no Conselho Regional de Medicina do Estado (Cremesp).

O despacho, datado da sexta-feira, mas só disponibilizado ontem, põe fim ao período de seis dias em que o *Estado*, o *Jornal da Tarde* e as versões online dos dois jornais estiveram sob censura prévia, por decisão do juiz federal Ricardo Rezende Silveira.

Na sentença que revoga a censura prévia, o juiz Vieira dos Santos confirma que o Cremesp havia pedido "a extinção do feito sem resolução do mérito, por carência superveniente, posto que teve tempo hábil de exercer seu direito de defesa perante o réu". Dado que o autor do pedido inicial "revela nítido pedido de desistência da ação", o juiz acrescenta que esse fato "implica a extinção do processo". Ele menciona, a propósito, trechos com a argumentação de decisão anterior do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em que idêntico pedido levou à extinção pura e simples da ação.

A medida despertou protestos em meios jurídicos, órgãos como a Associação Brasileira de Imprensa e a Ordem dos Advogados do Brasil.



FLEURY CONSIDERA CRÍTICA VÁLIDA QUANDO É À DECISÃO DO JUIZ